

● POLÍTICA

RUP querem continuar a proteger Zona Franca

SANDRA S. GONÇALVES
sgoncalves@dnnoticias.pt

As Regiões Ultraperiféricas (RUP) da União Europeia querem continuar a proteger a Zona Franca da Madeira.

Na declaração final da XXVIII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, ontem assinada pelos presidentes ou seus representantes, salientam a importância estratégica dos regimes fiscais históricos como dinamizadores económicos das regiões e solicitam que os mesmos, incluindo a Zona Franca da Madeira, sejam protegidos no contexto dos recentes desenvolvimentos na celebração de acordos internacionais que procuram homogeneizar a tributação directa.

“Esta situação específica deve também ser tida em conta no âmbito da futura reforma aduaneira, para a qual solicitamos a realização de estudos prévios específicos do respectivo impacto”, acrescentam.

De referir que o presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque, representa a Região Au-

tónoma da Madeira nesta reunião que termina, hoje, em Tenerife, nas Canárias.

Na declaração final, dizem ainda que “as eleições europeias do próximo ano serão decisivas para o futuro imediato da UE, uma vez que delas sairá o novo Parlamento Europeu, e condicionarão a composição da nova Comissão Europeia, ambos essenciais para a promoção de uma Europa unida e de uma ultraperiferia visível”.

Quanto ao Orçamento Europeu, referem que “a revisão do Quadro Financeiro Plurianual representa uma oportunidade única para dotar a União dos recursos necessários para enfrentar os desafios actuais e futuros, a partir de uma abordagem solidária que tenha em conta o princípio da realidade geográfica. Qualquer novo instrumento deve garantir, portanto, a inclusão das Regiões Ultraperiféricas, conforme o art.º 349 do TFUE, evitando que apenas as mais desenvolvidas sejam beneficiadas”.

“Por outro lado, instamos as instituições europeias a agilizar, o mais possível, a tramitação das propostas



Miguel Albuquerque representa a Região Autónoma da Madeira na reunião que termina, hoje, em Tenerife.

IDEIA FOI DEFENDIDA NA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

legislativas que permitam o adiamento do encerramento da programação 2014-2020”, sustentam.

No que toca à agricultura, apelam a que “se incentive a colaboração interinstitucional para reforçar o orçamento do POSEI, a fim de promover a autonomia agrícola, agroindustrial e agroalimentar”.

“Esperamos que a avaliação do POSEI, actualmente em curso, traga à luz do dia esta necessidade que há anos tem sido expressa”, realçam.

Em relação à Política Comum de Pesca e à Política Marítima, consideram que estas “devem ser revistas de forma a permitir o desenvolvimento dos sectores da pesca e da economia azul sustentável nas RUP, projecções da União Europeia nas respectivas bacias”.

“Embora o aumento do limiar dos auxílios de ‘minimis’ seja um progresso, não é a solução para os problemas de renovação da frota pesqueira. Por isso, reiteramos a necessidade de a Comissão garantir, desde já, o apoio à renovação da frota pesqueira através da flexibilização da Política Comum de Pesca e da alteração da actual metodologia exigida para demonstrar o equilíbrio entre a capacidade e as possibilidades de pesca, dificilmente aplicável nas Regiões Ultraperiféricas”, acrescentam.

Tendo em vista o próximo período de programação, reiteram a solicitação para que “seja incluída no FEAMP a possibilidade de ajuda à renovação da frota” nas RUP.

É preciso defender estatuto das Ultraperiferias

ALBUQUERQUE

Miguel Albuquerque considera que é necessário que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) ajam de forma concertada e apertada junto da nova Comissão Europeia, que irá sair das eleições Europeias, programadas para o próximo ano.

Na sua intervenção, ontem, na 28.ª Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, que decorre em Tenerife, nas Canárias, o presidente do Governo Regional afirmou ser necessário tudo fazer de modo a que “o estatuto da Ultraperiferia não seja afectado com o redireccionar das políticas para outras prioridades da União, que se afastam da política de coesão, como seja o reforço dos orçamentos para a segurança e defesa, a ajuda à Ucrânia, o alargamento, e os novos instrumentos para os sectores de alta

tecnologia, como o STEP, direccionados para as grandes potências da União Europeia e muito longe da micro realidade ultraperiférica”. Para o governante, é necessária “união e firmeza”, havendo reivindicações que continuam por cumprir e ainda na “ordem do dia”, como é o caso da “possibilidade de renovação da frota pesqueira artesanal, com recurso ao FEAMP”. “É necessário continuar a insistir, tendo em vista o próximo Quadro Financeiro Plurianual na possibilidade de utilização das verbas do FEAMP para a construção de novas embarcações, assim como é também importante solicitar que se flexibilizem as regras dos Auxílios de Estado em relação aos apoios à renovação da frota”, explicou. O aumento do envelope do POSEI

agrícola, de modo que não sejam os orçamentos das regiões “a injectar dinheiro para que os agricultores não fiquem prejudicados com a insuficiência de apoios da União”, a par da reivindicação de um POSEI transportes, são outros “dois exemplos de batalhas antigas que não podemos abandonar, assim como também não podemos deixar de colocar sobre a mesa aquelas que são as nossas necessidades para o futuro”. Por outro lado, diz não ser possível aceitar que as “instituições europeias, não compreendam o impacto negativo que as taxas carbónicas, no sector da aviação e no sector marítimo, têm para as RUP, regiões que dependem exclusivamente destes meios de transporte”. “É verdade que conseguimos derrogações importantes relativas ao

transporte aéreo e marítimo no que se refere às ligações internas. São medidas importantes, mas não são suficientes. Necessitamos de continuar a reivindicar que a situação particular das RUP seja considerada também no que diz respeito ao transporte internacional”, disse. O presidente do Governo Regional aludiu ainda ao surgimento da Plataforma Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), orientada para as tecnologias de ponta, de altíssima especialização tecnológica, mas sublinha que as regiões ultraperiféricas não têm, de momento, condições para aceder a tal instrumento. O líder madeirense defendeu ainda a continuação da realização do Fórum RUP em Bruxelas, por forma a que as regiões ultraperiféricas não percam visibilidade nem espaço.

“Não podemos recuar naquilo que já tínhamos conquistado”, instou. Miguel Albuquerque defende também a continuação, dentro da Comissão Europeia, de “um Serviço exclusivamente dedicado às Regiões Ultraperiféricas, dotado de poderes alargados e com capacidade de influência junto das diversas áreas sectoriais da Comissão”. O governante alertou ainda para o processo de revisão dos Tratados que se perspectiva, que pode fazer perigar o estatuto da Ultraperiferia. “Toda a nossa acção deve ser sempre muito bem concertada e articulada. A nossa força advém da acção conjunta das nove Regiões Ultraperiféricas. Foi assim que consolidamos um estatuto e que temos sabido afirmar as nossas posições”, realçou. A.D.F.